

Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar, pelo prazo certo de 120 dias, escutas telefônicas clandestinas/ilegais, conforme denúncia publicada na Revista "Veja", edição 2076, de 03 de setembro de 2008.

REQUERIMENTO N.º de 2008

(Do Sr. Arnaldo Faria de Sá)

“Requer seja reconvocato para audiência pública o Diretor-Geral da Abin (Agência Brasileira de Inteligência), Paulo Lacerda”

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 117, caput do Regimento Interno, que seja convocado para reunião de Audiência Pública, a realizar-se em data a ser agendada por esta Douta Comissão, o Senhor Diretor Geral da ABIN – Agência Brasileira de Inteligência Paulo Lacerda

Entendemos que os depoimentos prestados, quando de sua primeira convocação nessa Douta CPI são contraditórios. O diretor da ABIN, **Paulo Lacerda**, veio ao Congresso e negou com veemência a possibilidade de seus comandados estarem envolvidos em atividades clandestinas. Sabe-se, agora, que os arapongas federais não só bisbilhotaram o gabinete do Presidente do STF, Ministro Gilmar Mendes, como grampearam todos os seus telefones no STF, conforme matéria veiculada pela Revista VEJA. VEJA teve acesso a um conjunto de informações e documentos que não deixam dúvida sobre a ação criminosa da agência. O principal deles é um diálogo telefônico de pouco mais de dois minutos entre o ministro Gilmar Mendes e o senador Demóstenes Torres (DEM-GO), gravado no fim da tarde do dia 15 de julho passado. A conversa não tem nenhuma relevância temática, mas é a prova cabal de que espiões do governo, ao invadir a privacidade de um magistrado da mais alta corte de Justiça do país e, por consequência, a de um senador da República, não só estão afrontando a lei como promovem um perigoso desafio à democracia. Dessa forma, é que conclamo aos nobres pares apoio no sentido da aprovação do presente Requerimento.

Sala das Sessões, em 1.º de setembro de 2008.

Arnaldo Faria de Sá
Deputado Federal – São Paulo